

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	85
Motivos de Reapresentação	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	49.923.660
Preferenciais	49.923.660
Total	99.847.320
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	61.645
Total	61.645

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Ordinária		0,05870
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05870
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05870
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	01/08/2013	Ordinária		0,05740
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	01/08/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05740
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	01/08/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05740
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	10/10/2013	Ordinária		0,10920
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	10/10/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,10920
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	10/10/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,10920
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Dividendo	26/04/2013	Ordinária		0,01080
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Dividendo	26/04/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01080
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2013	Dividendo	26/04/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,01080
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Dividendo	01/08/2013	Ordinária		0,01050
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Dividendo	01/08/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01050
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2013	Dividendo	01/08/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,01050
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Dividendo	10/10/2013	Ordinária		0,02590
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Dividendo	10/10/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,02590

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2013	Dividendo	10/10/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,02590
Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	30/04/2014	Ordinária		0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	30/04/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	30/04/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	03/07/2014	Dividendo	03/07/2014	Ordinária		0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	03/07/2014	Dividendo	03/07/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	03/07/2014	Dividendo	03/07/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2014	Dividendo	30/10/2014	Ordinária		0,05840
Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2014	Dividendo	30/10/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05840
Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2014	Dividendo	30/10/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05830
Assembleia Geral Extraordinária	13/11/2014	Dividendo	13/11/2014	Ordinária		0,62120
Assembleia Geral Extraordinária	13/11/2014	Dividendo	13/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,58370
Assembleia Geral Extraordinária	13/11/2014	Dividendo	13/11/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,58320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.578.555	1.379.539
1.01	Ativo Circulante	43.277	37.686
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.930	673
1.01.03	Contas a Receber	20.375	21.334
1.01.03.01	Clientes	20.375	21.334
1.01.04	Estoques	316	453
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.550	3.960
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.550	3.960
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.106	11.266
1.01.08.03	Outros	7.106	11.266
1.01.08.03.01	Outros	7.106	2.996
1.01.08.03.03	Instrumento financeiro derivativo	0	8.270
1.02	Ativo Não Circulante	1.535.278	1.341.853
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.373	252.753
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.823	2.763
1.02.01.03	Contas a Receber	2.541	2.244
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.541	2.244
1.02.01.06	Tributos Diferidos	51.626	51.626
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	28.562	21.042
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	154.821	175.078
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	570	381
1.02.01.09.04	Garantia de reembolso de contingências	154.251	153.647
1.02.01.09.06	Instrumento financeiro derivativo	0	21.050
1.02.02	Investimentos	1.197.215	995.476
1.02.02.01	Participações Societárias	1.197.215	995.476
1.02.03	Imobilizado	89.821	89.095
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89.821	89.095
1.02.04	Intangível	7.869	4.529
1.02.04.01	Intangíveis	7.869	4.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.578.555	1.379.539
2.01	Passivo Circulante	153.563	96.652
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.757	7.061
2.01.02	Fornecedores	16.373	13.577
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.229	3.586
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	108.185	64.918
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	108.185	64.918
2.01.05	Outras Obrigações	15.019	7.510
2.01.05.02	Outros	15.019	7.510
2.01.05.02.05	Contas a pagar - aquisição de empresas	4.524	4.354
2.01.05.02.06	Instrumento financeiro derivativo	4.578	0
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	5.917	3.156
2.02	Passivo Não Circulante	531.540	566.810
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	279.312	348.273
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	279.312	348.273
2.02.02	Outras Obrigações	91.310	59.029
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	33.619	29.552
2.02.02.02	Outros	57.691	29.477
2.02.02.02.04	Contas a pagar - aquisição de empresas	37.125	29.456
2.02.02.02.05	Instrumento financeiro derivativo	12.894	0
2.02.02.02.20	Outras contas a pagar	7.672	21
2.02.04	Provisões	154.627	153.905
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	154.627	153.905
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	6.291	5.603
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	6.291	5.603
2.03	Patrimônio Líquido	893.452	716.077
2.03.01	Capital Social Realizado	322.649	298.048
2.03.02	Reservas de Capital	592.445	447.783
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	616.342	471.680
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-23.897	-23.897
2.03.04	Reservas de Lucros	3.490	2.910
2.03.04.01	Reserva Legal	3.490	2.910
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.132	-32.664

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.022	18.752
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.008	-12.821
3.03	Resultado Bruto	8.014	5.931
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.862	4.178
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.876	-5.820
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.877	-3.661
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.615	13.659
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.876	10.109
3.06	Resultado Financeiro	-7.344	-27.680
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.532	-17.571
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	2.801
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.532	-14.770
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.532	-14.770
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08100	-0,16300
3.99.01.02	PNA	0,08100	-0,16300
3.99.01.03	PNB	0,08100	-0,16300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08000	-0,16300
3.99.02.02	PNA	0,08000	-0,16300
3.99.02.03	PNB	0,08000	-0,16300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	7.532	-14.770
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.532	-14.770

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.279	-3.623
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.715	8.054
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.532	-14.770
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.700	2.428
6.01.01.03	Opções outorgadas reconhecidas	580	0
6.01.01.04	Custo residual de ativo imobilizado baixados	2.245	561
6.01.01.05	Encargos financeiros	7.656	31.047
6.01.01.06	Resultado em participação societária	-21.615	-13.659
6.01.01.08	Rendimento de aplicações financeiras	-9	0
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.296	153
6.01.01.11	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-468	0
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-1.078
6.01.01.14	Perda com dividendos desproporcionais	3.798	3.372
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	77	-14.220
6.01.02.01	(Aumento) / Diminuição de Contas a receber	-337	-1.142
6.01.02.02	(Aumento) / Diminuição de Estoques	137	442
6.01.02.03	(Aumento) / Diminuição de Outros ativos	-5.790	3.616
6.01.02.06	(Aumento) / Diminuição de Fornecedores	2.796	-3.672
6.01.02.07	(Aumento) / Diminuição de Salários, obrigações sociais e previdenciárias	1.696	-1.634
6.01.02.08	(Aumento) / Diminuição de Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	1.643	-4.410
6.01.02.09	(Aumento) / Diminuição de Outros passivos	-68	-7.420
6.01.03	Outros	5.487	2.543
6.01.03.03	Dividendos recebidos	5.487	2.543
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.538	6.171
6.02.01	Aumento em aplicações financeiras	-51	5.094
6.02.03	Partes relacionadas	-3.453	10.708
6.02.04	Adição em investimentos	-3.023	-353
6.02.06	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-9.011	-9.278
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.516	22.848
6.03.01	Aumento de capital	795	125
6.03.02	Ações em tesouraria	0	-1.830
6.03.04	Valores recebidos de empréstimos, líquidos	55.980	50.475
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-32.745	-6.489
6.03.13	Juros pagos	-7.514	-8.977
6.03.14	Créditos Antecipados aos Acionistas	0	-10.456
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.257	25.396
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	673	6.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.930	31.415

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	298.048	450.693	0	-32.664	0	716.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	298.048	450.693	0	-32.664	0	716.077
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.601	145.242	0	0	0	169.843
5.04.01	Aumentos de Capital	23.806	144.662	0	0	0	168.468
5.04.08	Aumentos de Capital a Integralizar	795	0	0	0	0	795
5.04.09	Pagamento Baseado em Ações	0	580	0	0	0	580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.532	0	7.532
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.532	0	7.532
5.07	Saldos Finais	322.649	595.935	0	-25.132	0	893.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	273.552	482.129	3.077	-12.826	0	745.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	273.552	482.129	3.077	-12.826	0	745.932
5.04	Transações de Capital com os Sócios	125	-1.830	0	-10.456	0	-12.161
5.04.01	Aumentos de Capital	1.697	0	0	0	0	1.697
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.830	0	0	0	-1.830
5.04.08	Aumentos de Capital a Integralizar	-1.572	0	0	0	0	-1.572
5.04.09	Créditos Antecipados aos Acionistas	0	0	0	-10.456	0	-10.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.770	0	-14.770
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.770	0	-14.770
5.07	Saldos Finais	273.677	480.299	3.077	-38.052	0	719.001

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	21.346	20.886
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.460	20.037
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	182	1.002
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.296	-153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.588	-5.722
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.347	-5.725
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.241	3
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.758	15.164
7.04	Retenções	-2.700	-2.428
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.700	-2.428
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.058	12.736
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	81.774	51.038
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.615	13.659
7.06.02	Receitas Financeiras	60.159	37.379
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	90.832	63.774
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	90.832	63.774
7.08.01	Pessoal	9.526	6.521
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.176	5.470
7.08.01.02	Benefícios	951	777
7.08.01.03	F.G.T.S.	399	274
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.146	4.314
7.08.02.01	Federais	2.481	3.698
7.08.02.03	Municipais	665	616
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.628	67.709
7.08.03.01	Juros	67.503	65.059
7.08.03.02	Aluguéis	2.035	1.680
7.08.03.03	Outras	1.090	970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.532	-14.770
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.532	-14.770

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.844.580	1.536.352
1.01	Ativo Circulante	280.523	215.926
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.183	21.920
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.637	3.672
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.637	3.672
1.01.03	Contas a Receber	199.127	155.592
1.01.03.01	Clientes	199.127	155.592
1.01.04	Estoques	5.046	4.203
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.793	13.217
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.793	13.217
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.737	17.322
1.01.08.03	Outros	19.737	17.322
1.01.08.03.01	Outros	16.116	6.246
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	3.621	2.806
1.01.08.03.03	Instrumento financeiro derivativo	0	8.270
1.02	Ativo Não Circulante	1.564.057	1.320.426
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	249.570	268.478
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.323	2.763
1.02.01.03	Contas a Receber	4.786	8.039
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.786	8.039
1.02.01.06	Tributos Diferidos	40.853	50.182
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	200.608	207.494
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	23.699	15.149
1.02.01.09.04	Garantia de reembolso de contingências	160.252	158.041
1.02.01.09.05	Ativo financeiro	16.657	13.254
1.02.01.09.06	Instrumento financeiro derivativo	0	21.050
1.02.02	Investimentos	5.264	0
1.02.02.01	Participações Societárias	5.264	0
1.02.03	Imobilizado	460.528	411.211
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	460.528	411.211
1.02.04	Intangível	848.695	640.737
1.02.04.01	Intangíveis	79.022	53.754
1.02.04.02	Goodwill	769.673	586.983

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.844.580	1.536.352
2.01	Passivo Circulante	298.689	186.977
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.159	28.209
2.01.02	Fornecedores	65.691	51.108
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.360	16.263
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	149.666	79.654
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.311	79.654
2.01.04.02	Debêntures	15.355	0
2.01.05	Outras Obrigações	21.813	11.743
2.01.05.02	Outros	21.813	11.743
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	1.626	1.256
2.01.05.02.05	Contas a pagar - aquisição de empresas	4.524	4.354
2.01.05.02.06	Instrumento financeiro derivativo	4.578	0
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	11.085	6.133
2.02	Passivo Não Circulante	624.450	616.375
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	346.536	385.790
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	325.357	385.790
2.02.01.02	Debêntures	21.179	0
2.02.02	Outras Obrigações	74.131	52.015
2.02.02.02	Outros	74.131	52.015
2.02.02.02.03	Parcelamento de impostos	7.859	7.177
2.02.02.02.04	Contas a pagar - aquisição de empresas	37.125	29.456
2.02.02.02.05	Instrumento financeiro derivativo	12.894	0
2.02.02.02.20	Outras contas a pagar	16.253	15.382
2.02.03	Tributos Diferidos	494	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	494	0
2.02.04	Provisões	203.289	178.570
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	203.289	178.570
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	921.441	733.000
2.03.01	Capital Social Realizado	322.649	298.048
2.03.02	Reservas de Capital	592.445	447.783
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	616.342	471.680
2.03.02.04	Opções Outorgadas	-23.897	-23.897
2.03.04	Reservas de Lucros	3.490	2.910
2.03.04.01	Reserva Legal	3.490	2.910
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.132	-32.664
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	27.989	16.923

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.726	161.792
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.658	-102.822
3.03	Resultado Bruto	74.068	58.970
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.407	-38.921
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.437	-38.332
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.099	-589
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.129	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.661	20.049
3.06	Resultado Financeiro	-6.948	-30.329
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.713	-10.280
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.988	-1.697
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.725	-11.977
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.725	-11.977
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.532	-14.770
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.193	2.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08100	-0,16300
3.99.01.02	PNA	0,08100	-0,16300
3.99.01.03	PNB	0,08100	-0,16300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08000	-0,16300
3.99.02.02	PNA	0,08000	-0,16300
3.99.02.03	PNB	0,08000	-0,16300

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.725	-11.977
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.725	-11.977
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.532	-14.770
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.193	2.793

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.439	6.815
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.611	28.325
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.725	-11.977
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.108	8.780
6.01.01.03	Opções outorgadas reconhecidas	580	0
6.01.01.04	Custo residual de ativo imobilizado baixados	6.337	1.197
6.01.01.05	Encargos financeiros	9.382	30.103
6.01.01.06	Resultado em participação societária	-1.129	0
6.01.01.08	Rendimento de aplicações financeiras	-310	0
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.736	-712
6.01.01.11	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-3.522	415
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.704	519
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.172	-20.972
6.01.02.01	(Aumento) / Diminuição de Contas a receber	-29.144	-8.063
6.01.02.02	(Aumento) / Diminuição de Estoques	-163	-75
6.01.02.03	(Aumento) / Diminuição de Outros ativos	-6.616	2.270
6.01.02.04	(Aumento) / Diminuição de Ativo financeiro	-4.107	-248
6.01.02.06	(Aumento) / Diminuição de Fornecedores	8.861	-1.584
6.01.02.07	(Aumento) / Diminuição de Salários, obrigações sociais e previdenciárias	2.940	-2.007
6.01.02.08	(Aumento) / Diminuição de Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	-1.256	-3.411
6.01.02.09	(Aumento) / Diminuição de Outros passivos	-7.687	-7.854
6.01.03	Outros	0	-538
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-538
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.209	-17.048
6.02.01	Aumento em aplicações financeiras	220	5.474
6.02.03	Partes relacionadas	2.151	0
6.02.04	Adição em investimentos	902	0
6.02.06	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-18.482	-22.522
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.033	15.789
6.03.01	Aumento de capital	795	125
6.03.02	Ações em tesouraria	0	-1.830
6.03.04	Valores recebidos de empréstimos, líquidos	53.843	50.477
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-35.912	-10.338
6.03.12	Transações com Acionistas	0	-3.198
6.03.13	Juros pagos	-10.693	-8.991
6.03.14	Créditos Antecipados aos Acionistas	0	-10.456
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.263	5.556
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.920	42.209
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.183	47.765

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	298.048	450.693	0	-32.664	0	716.077	16.923	733.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	298.048	450.693	0	-32.664	0	716.077	16.923	733.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.601	145.242	0	0	0	169.843	11.564	181.407
5.04.01	Aumentos de Capital	23.806	144.662	0	0	0	168.468	11.564	180.032
5.04.08	Aumentos de Capital a Integralizar	795	0	0	0	0	795	0	795
5.04.09	Pagamento Baseado em Ações	0	580	0	0	0	580	0	580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.532	0	7.532	-498	7.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.532	0	7.532	2.193	9.725
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-2.691	-2.691
5.05.02.06	Participação de não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.691	-2.691
5.07	Saldos Finais	322.649	595.935	0	-25.132	0	893.452	27.989	921.441

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	273.552	482.129	3.077	-12.826	0	745.932	9.759	755.691
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	273.552	482.129	3.077	-12.826	0	745.932	9.759	755.691
5.04	Transações de Capital com os Sócios	125	-1.830	0	-10.456	0	-12.161	0	-12.161
5.04.01	Aumentos de Capital	1.697	0	0	0	0	1.697	0	1.697
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.830	0	0	0	-1.830	0	-1.830
5.04.08	Aumentos de Capital a Integralizar	-1.572	0	0	0	0	-1.572	0	-1.572
5.04.09	Créditos Antecipados aos Acionistas	0	0	0	-10.456	0	-10.456	0	-10.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.770	0	-14.770	-405	-15.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.770	0	-14.770	2.793	-11.977
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-3.198	-3.198
5.05.02.06	Participação de não Controladores	0	0	0	0	0	0	-3.198	-3.198
5.07	Saldos Finais	273.677	480.299	3.077	-38.052	0	719.001	9.354	728.355

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	202.596	175.890
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	208.431	172.457
7.01.02	Outras Receitas	776	82
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.125	2.639
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.736	712
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-96.358	-76.687
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-78.280	-62.768
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.078	-13.919
7.03	Valor Adicionado Bruto	106.238	99.203
7.04	Retenções	-10.108	-8.780
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.108	-8.780
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	96.130	90.423
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.242	37.041
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.129	0
7.06.02	Receitas Financeiras	62.113	37.041
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	159.372	127.464
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	159.372	127.464
7.08.01	Pessoal	42.739	37.326
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.718	28.294
7.08.01.02	Benefícios	6.714	7.295
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.307	1.737
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.655	24.798
7.08.02.01	Federais	21.307	19.735
7.08.02.03	Municipais	5.348	5.063
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.253	77.317
7.08.03.01	Juros	69.061	67.370
7.08.03.02	Aluguéis	10.103	8.977
7.08.03.03	Outras	1.089	970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.725	-11.977
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.532	-14.770
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.193	2.793

Comentário do Desempenho

Prezado Acionista,

Durante o primeiro trimestre de 2016, a Companhia apresentou um resultado satisfatório, seguindo, como todos os períodos, a estratégia de expansão desenhada pela Diretoria.

Receita Operacional Bruta

A receita bruta da Companhia aumentou 20,9% ou R\$ 36,0 milhões, passando de R\$ 172,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2015, para R\$ 208,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2016.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 21,0% de R\$ 161,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2015, para R\$ 195,7 milhões no mesmo período em 2016. A Diretoria ressalta que o crescimento superior ao da receita bruta é devido, em parte, aos ganhos na linha de deduções citados acima.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 31 de março de 2016 foi de R\$ 121,7 milhões, representando um aumento de 18,3% em relação aos R\$ 102,8 milhões de 31 de março de 2015. Apesar do aumento considerável dos custos de serviços, a Diretoria vê que tal crescimento não é tão prejudicial dado que esta taxa está em linha com o crescimento da receita líquida.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia cresceu 25,6% ou R\$ 15,1 milhões, de R\$ 59,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2015 para R\$ 74,1 milhões no mesmo período de 2016. Em percentual da receita líquida a margem de lucro bruto evoluiu de 36,4% no 1º semestre de 2015 para 37,8% em 2016, demonstrando eficiência no resultado da Companhia.

Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 23,8% de R\$ 38,3 milhões no 1º trimestre de 2015 para R\$ 47,4 milhões em 2016.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$ 30,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2015 com uma redução de 77,1% ou R\$ 23,4 milhões, atingindo um resultado negativo de R\$ 6,9 milhões no mesmo período em 2016, devido principalmente à variação cambial reconhecida no 1º trimestre 2015 com um impacto negativo enquanto no 1º trimestre de 2016 o impacto foi positivo.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou de R\$ 1,7 milhões no 1º trimestre de 2015 para R\$ 6,0 milhões no 1º trimestre de 2016.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou em 31 de março de 2016 um lucro líquido de R\$ 9,7 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 12,0 milhões em 31 de março de 2015.

Notas ExplicativasCENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia" ou "Grupo") foi constituído em 5 de agosto de 1992 e possui sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, 1.472/1.474, bairro Funcionários.

A Companhia e suas controladas tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico. A Companhia é controlada pelo Pátria - Brazilian Private Equity Fund III - FIP.

A Companhia e suas controladas atuam também na exploração de atividades relativas a: (i) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (ii) consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como prestação de serviços que visem à promoção da saúde e à gestão de doenças crônicas; (iii) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina diagnóstica; (iv) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de sua atuação; e (v) outorga e administração de franquia empresarial. A Companhia também pode participar de outras Entidades na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

A Companhia encerrou o trimestre findo em 31 de março de 2016 com 104 unidades, sendo:

<u>Marcas</u>	<u>Estados</u>	<u>Quantidade</u>
Axial	Minas Gerais	17
Grupo CO	Mato Grosso do Sul	6
São Judas Tadeu	Minas Gerais	5
Cedimagem	Minas Gerais - Rio de Janeiro	8
Pró Imagem	São Paulo	3
Sabedotti	Paraná	2
Grupo CSD	Pará	6
CDI	Espirito Santo	4
UMDI	São Paulo	4
Imrad	Minas Gerais	2
Nuclear Medcenter	Minas Gerais	6
Ecoclínica	Paraíba	2
Grupo Gold Imagem	São Paulo	4
Plani	São Paulo	7
CDB	São Paulo	9
RBD	Bahia	11
Delfim	Bahia-Rio Grande do Norte	8

Notas Explicativas

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas

O índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) da Companhia foi de 1,15 em 31 de dezembro de 2015 para 0,94 em 31 de março de 2016. A diretoria acredita que esse índice deverá ter uma melhora significativa até o final de 2016 em função da geração de caixa operacional esperado para o 2º semestre de 2016 e também de iniciativas avançadas de reforço da estrutura de capital da Companhia.

2. ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - identificadas como consolidado.

As informações financeiras intermediárias individuais da controladora, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como Controladora. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às informações financeiras intermediárias separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas informações financeiras intermediárias consolidadas e não nas informações financeiras intermediárias separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas informações financeiras intermediárias.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas Explicativas

2.2. Principais Práticas Contábeis

a) Base de consolidação

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas controladas da Companhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas, são eliminadas.

b) Combinação de negócios

Nas informações financeiras intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

c) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

d) Contas a receber

Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos, conforme nota explicativa nº 6.

e) Estoques

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

f) Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações, nos casos de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ágio na aquisição de investimento e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "Impairment" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Notas Explicativas

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os principais ativos financeiros mantidos pela companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, em que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma

Notas Explicativas

carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se o Grupo não

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

i) Garantia de reembolso de contingências

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível, reconhecida de acordo com o CPC 30 (R1).

j) Moeda estrangeira

Na elaboração das informações financeiras intermediárias de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem como despesa financeira, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

Notas Explicativas

- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

k) Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como "Empréstimos, financiamentos e debêntures". Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

l) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

m) Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, para os períodos apresentados, não identificou transações relevantes sujeitas ao ajuste a valor presente.

n) Concessão

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, a Companhia atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

A Companhia, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

o) Demais ativos e passivos circulantes

Registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável. Os saldos dos ativos não excedem os seus respectivos valores de realização.

p) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Determinadas controladas da Companhia optaram pela tributação com base no lucro presumido: alíquota de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

q) Provisão para riscos legais

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

r) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo Contas a receber.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

s) Demonstração de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil indefinida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

u) Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

v) Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, pelo qual recebe serviços de determinados colaboradores em contrapartida a instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações). A Companhia reconhece os custos de remuneração no resultado pelo método linear durante o período de serviço requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. Os custos de remuneração são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações

Notas Explicativas

e foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes.

w) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas informações financeiras intermediárias, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

x) Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

i) *Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as informações financeiras intermediárias.*

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas informações financeiras intermediárias separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das informações financeiras intermediárias.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de março de 2016.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (d).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018;
- (c) 1º de janeiro de 2019; e
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as informações financeiras intermediárias, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

2.3. Reapresentação das informações financeiras intermediárias

Estas informações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas em decorrência de:

- 2.3.1 No encerramento das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Administração da Companhia identificou a necessidade de revisar e reconciliar as despesas com variação cambial contabilizadas em 2015, bem como a classificação da nota explicativa de resultado financeiro.

Os trabalhos foram concluídos e a Companhia está reapresentando as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016, com a correção dos saldos de 2015, apresentados para fins de comparação.

- 2.3.2 Fruto dos trabalhos descritos no item 2.3.1, foram identificados também os seguintes ajustes e reclassificações relativos aos saldos em 31 de março de 2015, apresentados para fins de comparação, como segue:

- (i) Créditos antecipados aos acionistas, anteriormente classificados como créditos com os acionistas no ativo, foram ajustados ao patrimônio líquido.

Notas Explicativas

- (ii) Reclassificações entre contas de despesas gerais e administrativas para propiciar melhor comparação.
- (iii) Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os ajustes e reclassificações estão detalhados a seguir:

Demonstração do resultado do período

	Controladora		Consolidado		31/03/2015 Trimestre (Original)	
	31/03/2015 Trimestre (Reapresentado)	Ajustes	31/03/2015 Trimestre (Original)	31/03/2015 Trimestre (Reapresentado)		Ajustes
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	18.752	-	18.752	161.792	-	161.792
Custo dos serviços prestados	(12.821)	(855)	(11.966)	(102.822)	-	(102.822)
LUCRO BRUTO	5.931	(855)	6.786	58.970	-	58.970
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(5.820)	4.686	(10.506)	(38.332)	-	(38.332)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(3.661)	(3.831)	170	(589)	-	(589)
Resultado em participação societária	13.659	-	13.659	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.109	-	10.109	20.049	-	20.049
RESULTADO FINANCEIRO	(27.680)	46.219	(73.899)	(30.329)	19.208	(49.537)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.770)	46.219	(60.989)	(11.977)	19.208	(31.185)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado		31/03/2015 Trimestre (Original)	
	31/03/2015 Trimestre (Reapresentado)	Ajustes	31/03/2015 Trimestre (Original)	31/03/2015 Trimestre (Reapresentado)		Ajustes
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.770)	46.219	(60.989)	(11.977)	19.208	(31.185)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	31/03/2015	
	Controladora	Consolidado
Patrimônio Líquido originalmente apresentado	682.776	689.116
Capital subscrito e não integralizado	(330)	(330)
Ações em tesouraria	792	792
Créditos antecipados aos acionistas	(10.456)	(10.456)
Efeito líquido dos ajustes realizados no resultado do exercício (item 2.3.1)	46.219	19.208
Efeito na apresentação da participação dos acionistas não controladores	-	29.838
Total dos ajustes no PL	46.219	49.046
Outros ajustes em acionistas não controladores	-	187
Patrimônio Líquido reapresentado	<u>719.001</u>	<u>728.355</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado		31.03.2015 (Original)	
	31.03.2015 (Reapresentado)	Ajustes	31.03.2015 (Original)	31.03.2015 (Reapresentado)		Ajustes
Atividades operacionais	(3.623)	(4.311)	688	6.815	9.296	(2.481)
Atividades de investimentos	6.171	(5.289)	11.460	(17.048)	(12.184)	(4.864)
Atividades de financiamento	22.848	9.600	13.248	15.789	2.888	12.901

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2015 (Reapresentado)	Ajustes	31/03/2015 (Original)	31/03/2015 (Reapresentado)	Ajustes	31/03/2015 (Original)
Valor adicionado recebido em transferência	51.038	(5.232)	56.270	37.041	(5.232)	42.273
Remuneração de capitais de terceiros	67.709	(51.451)	119.160	77.317	(24.440)	101.757
Remuneração de capitais próprios	(14.770)	46.219	(60.989)	(11.977)	19.208	(31.185)

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 10 de março de 2016, ocorreu a incorporação da Delfpar S.A. ("Delfpar"), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães pela Companhia, com a consequente extinção da Delfpar e a versão do seu acervo líquido para a Companhia. Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. A Delfpar era controladora de 99,99% das ações da controlada Delfin Imagem S.A. ("DISA"), que em razão da incorporação tornou-se controlada da Companhia juntamente de suas controladas.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Delfpar na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio.

Nome da controladora	Atividade principal	Data de aquisição	Proporção das participações em ações com direito a voto (%)
Delfpar S.A.	Prestação de serviços de medicina diagnóstica.	10.03.2016	100%

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

	<u>10.03.2016</u>
<i>Ativos</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	902
Aplicações financeiras	9.435
Contas a receber	28.127
Estoques	680
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	2.625
Outras contas a receber	7.558
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875
Imobilizado	52.524
Intangível	21.346
	<u>140.857</u>

Notas Explicativas10.03.2016

<i>Passivos</i>	
Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.010
Obrigações tributárias	8.878
Imposto diferido	11.546
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
	<u>127.680</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>13.177</u>

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa e ações	168.786
Contrapartida a transferir (a)	9.412
Assunção de dívida	<u>6.105</u>
Total das contraprestações	184.303
Mais: Participação de não controladores na adquirida	11.564
Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(13.177)</u>
Saldo de ágio reconhecido no intangível	<u>182.690</u>

(a) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15, o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios dos saldos apurados na combinação de negócios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 - Intangível, que de acordo com as alocações iniciais identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (*goodwill*), marcas e contratos.

Saída líquida de caixa na aquisição da controlada

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa	-
Saldo de caixa e equivalente de caixa adquirido	<u>902</u>
Efeito da aquisição apresentado nos fluxos de caixa	<u>902</u>

Impacto das aquisições nos resultados do Grupo

O resultado do exercício inclui lucro de R\$3.379, atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Delfpar S.A. e as receitas líquidas consolidadas do exercício incluem R\$9.269.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2016, as receitas líquidas consolidadas das operações continuadas do Grupo teriam o acréscimo de R\$21.040 e o resultado do exercício das operações continuadas seriam diminuídos em R\$5.124. A Administração do Grupo considera que esses valores se acrescidos ao resultado apresentado na demonstração de resultados, pode ser considerado como proforma e representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e bancos	10.650	673	21.446	16.659
Aplicações financeiras	<u>280</u>	<u>-</u>	<u>3.737</u>	<u>5.261</u>
Total	<u>10.930</u>	<u>673</u>	<u>25.183</u>	<u>21.920</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as aplicações são remuneradas entre 95% e 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificado de depósito bancário- CDB	<u>2.823</u>	<u>2.763</u>	<u>15.960</u>	<u>6.435</u>
Total	<u>2.823</u>	<u>2.763</u>	<u>15.960</u>	<u>6.435</u>
Ativo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.637</u>	<u>3.672</u>
Ativo não circulante	<u>2.823</u>	<u>2.763</u>	<u>3.323</u>	<u>2.763</u>

Os certificados de depósitos bancários ("CDB") são prontamente conversíveis em um montante de caixa e são remunerados entre 93% e 98,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Entretanto, estas aplicações são compromissadas a garantias de contingências e/ou mantidas para cumprimento de obrigações decorrentes das atividades de investimento e financiamento da Companhia, as quais irão ocorrer em período superior a noventa dias.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Cientes faturados	14.691	14.799	154.312	107.903
Receita a faturar (*)	<u>9.762</u>	<u>9.317</u>	<u>83.594</u>	<u>72.732</u>
	24.453	24.116	237.906	180.635
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.078)</u>	<u>(2.782)</u>	<u>(38.779)</u>	<u>(25.043)</u>
Total	<u>20.375</u>	<u>21.334</u>	<u>199.127</u>	<u>155.592</u>

(*) Nas datas de encerramento das informações financeiras intermediárias, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar.

Notas Explicativas

A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
A vencer	21.631	17.576	192.190	137.057
Vencidos:				
Até 30 dias	365	2.215	2.766	4.512
De 31 a 60 dias	43	2.153	4.533	2.223
De 61 a 90 dias	17	471	1.063	8.019
De 91 a 180 dias	703	429	3.111	10.434
Mais de 180 dias	<u>1.694</u>	<u>1.272</u>	<u>34.243</u>	<u>18.390</u>
Total	<u>24.453</u>	<u>24.116</u>	<u>237.906</u>	<u>180.635</u>

A Companhia e suas controladas possuem baixo grau de concentração em suas carteiras de clientes.

Devido ao grande número de planos de saúde, pulverização da carteira de clientes, e diferentes graus de coberturas de exames entre os planos, a Companhia incorre em glosas e perdas do saldo de contas a receber. Desta forma, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, que segue os seguintes critérios: i) provisão de 50% do saldo em aberto entre 180 e 360 dias e 85% do saldo em aberto acima de 360 dias; ii) provisão de 100% do saldo de clientes que possuem algum tipo de discussão judicial sobre os saldos faturados; iii) provisão de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do exercício	(2.782)	(3.042)	(25.043)	(16.348)
Reversões/recebimentos	-	2.110	-	13.871
Adições	(1.296)	(1.850)	(3.502)	(22.566)
Adição incorporação Delfin	-	-	<u>(10.234)</u>	-
Saldo no fim do exercício	<u>(4.078)</u>	<u>(2.782)</u>	<u>(38.779)</u>	<u>(25.043)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de R\$4.550 e R\$18.793, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de março de 2016 (R\$3.960 e R\$13.217, em 31 de dezembro de 2015) referem-se, substancialmente, a retenções sobre aplicações financeiras e sobre as notas fiscais de serviços. A Administração entende que os valores serão integralmente utilizados no transcorrer do período subsequente.

8. GARANTIA DE REEMBOLSO DE CONTINGÊNCIAS

Em 31 de março de 2016, o saldo de garantia de reembolso de contingências é de R\$154.251 e R\$160.252, controladora e consolidado, respectivamente (R\$153.647 e R\$158.041, em 31 de dezembro de 2015).

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A movimentação com os respectivos saldos da garantia de reembolso de contingências é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo no início do período	153.647	158.041
Adições	1.398	3.196
Incorporação Delfin	9.332	9.332
Reversões (*)	<u>(10.126)</u>	<u>(10.317)</u>
Saldo no final do período	<u>154.251</u>	<u>160.252</u>

(*) As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, a prescrição dos riscos legais identificados, uma vez que o fato gerador de tais riscos ocorreu há mais de cinco anos.

9. ATIVO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

O valor de ativo financeiro é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no contrato de concessão, de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB"). O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento pela taxa de recomposição de 14,5% ao ano, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura.

O atendimento conta com uma central de imagem e 11 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 6 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. As benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de poder do Estado após o término do contrato. Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro.

A remuneração do contrato é feita através da contraprestação anual, correspondente a R\$ 81.863, que será pago através de 1/12 avos. Anualmente, no mês de maio, a base de cálculo das contraprestações é atualizada com base em três índices distintos (IPCA, a Convenção Médica e a Convenção de Imagem).

A movimentação do ativo financeiro é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo Inicial	16.060	7.380
Adições	4.355	8.586
Atualização monetária	111	1.144
Baixa (recebimento construção)	<u>(248)</u>	<u>(1.050)</u>
Saldo Final	<u>20.278</u>	<u>16.060</u>
Ativo circulante	3.621	2.806
Ativo não circulante	16.657	13.254

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Investimentos	371.244	368.788
Mais valia na aquisição de investimentos	56.298	39.705
Ágio na aquisição de investimentos	<u>769.673</u>	<u>586.983</u>
Total	<u>1.197.215</u>	<u>995.476</u>
Provisão para perdas em controladas	<u>(6.291)</u>	<u>(5.603)</u>

Composição dos investimentos por participação

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
	Participação direta %	Participação direta %
Controladas diretas		
Mastoclínica	100	100
Núcleo de Imagem	100	100
Núcleo de Diagnóstico	100	100
Centro de Imagens	100	100
Veneza Diagnóstico	100	100
Centro Cláudio Ramos	100	100
DI Imagem Diagnóstico	100	100
DI Imagem Centro	100	100
DI Imagem Ultrassonografia	100	100
DI Imagem Raio X	100	100
Plani Diagnósticos	100	100
Dourados	100	100
Conesul	100	100
Sonimed Nuclear	100	100
Cintimed	100	100
SOM Diagnósticos	90	100
Nuclear Diagnóstico	80	80
RM Diagnóstico - Resende	100	100
RM Diagnóstico - Lafaiete	100	100
Sonimed	100	100
Unic	99	100
Ideal	90	90
Clínica Sabedotti	100	100
Alto São Francisco	63	63
IMRAD	100	100
Pará De Minas	100	100
Sete Lagoas	100	100
Gold Imagem Diagnósticos	80	100
Imagem Centro	100	100
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	100	100
Setra Prestação de Serviços	100	100
Araras	73	73
São Judas Tadeu	100	100
Sonograff Vale do Aço	100	100
PRO Imagem Ltda	100	100
PRO RM Diagnósticos Avançados	100	100
PRO Imagem Exames Complem.	100	100
PRO Ressonância	100	100
Ecoclinica S/S	70	70
UMDI	100	100
Nuclear Medcenter	100	100
Científica Tecnogama	100	100
Nucleminas Medicina Nuclear	100	100
CDI Vitória	100	100
CDI Vila Velha	100	100

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
	Participação direta %	Participação direta %
Rio Claro Medicina Diagnostica Ltda.	75	75
Itaguaí Diagnósticos	75	97
Montes Claros Medicina Diagnostica Ltda.	51	51
Três Rios Imagem Diagnóstica Ltda.	76	76
Rede Brasileira de Diagnostico	50	50
TKS - Sistemas Hospitalares	100	100
SIT - Sistemas Hospitalares (*)	-	100
DELFIN	100	-

(*) A Controlada foi incorporada pela TKS Sistemas Hospitalares em 2015.

Composição do ágio na aquisição de investimentos

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Dourados	1.478	1.478
RM Diagnóstico-Resende	1.497	1.497
RM Diagnóstico-Lafaiete	1.081	1.081
Sonimed	3.748	3.748
Unic	1.386	1.386
SOM Diagnósticos	5.475	5.475
Clínica Sabedotti	2.536	2.536
Ideal	283	283
Cintimed	232	232
Sonimed Nuclear S/S	546	546
IMRAD	2.374	2.374
São Judas Tadeu	12.202	12.202
Grupo Gold	3.161	3.161
Ecoclínica S/S	6.660	6.660
Imagem Centro de Diagnósticos (Limeira)	2.339	2.339
UMDI	37.035	37.035
Pro Imagem	13.460	13.460
Grupo Nuclear	3.591	3.591
Grupo CDI	11.210	11.210
Grupo CDB	476.559	476.559
DELFIN	182.690	-
Outros	<u>130</u>	<u>130</u>
	<u>769.673</u>	<u>586.983</u>

A movimentação dos investimentos na controladora é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do exercício	408.493	330.459
Adição por incorporação (i)	7.328	-
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	3.023	66.759
Dividendos recebidos	(5.847)	(24.410)
Resultado de equivalência patrimonial	21.615	53.928
Perda por dividendos desproporcionais	(3.798)	(17.282)
Outros	<u>(3.272)</u>	<u>(961)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>427.542</u>	<u>408.493</u>

(i) Incorporação da holding da controlada DELFIN em 2016.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no consolidado é como segue:

	Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do semestre	-	-
Adição por combinação de negócios	1.703	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.129	-
Descontinuação do procedimento de consolidação (i)	<u>2.432</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do semestre	<u>5.264</u>	<u>-</u>

- (i) No decorrer do exercício de 2016, a Companhia descontinuou a consolidação das investidas "Montes Claros Medicina Diagnóstica" e "Sete Lagoas Diagnósticos por Imagem" em função de litígios entre os acionistas.

A movimentação do ágio é como segue:

	Controladora	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do exercício	586.983	586.983
Adições por incorporações (i)	182.690	-
Amortizações	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>769.673</u>	<u>586.983</u>

- (i) Aquisição da controlada DELFIN em 2016 (nota explicativa nº 1).

Notas Explicativas**Principais saldos das controladas incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas:**

	31.03.2016											
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Grupo Sabedotti	Grupo CSD (g)	Grupo Imrad	Grupo São Judas	Grupo Gold (h)	Grupo Ecoclínica	Grupo UMDI	Grupo PR (a)
Ativo												
Circulante	9.136	17.976	23.143	19.421	6.798	22.144	3.842	2.732	5.161	5.866	9.769	9.769
Não circulante	19.269	36.218	64.040	52.421	11.751	26.535	8.385	6.793	14.888	5.546	29.514	29.514
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante	3.751	9.158	11.103	9.610	3.802	8.290	1.423	1.988	3.072	2.017	5.122	5.122
Não circulante	5.109	8.461	15.072	8.500	473	6.232	231	990	6.253	1.157	3.384	3.384
Patrimônio líquido	19.545	36.574	61.008	53.732	14.273	34.157	10.573	6.547	10.724	8.238	30.776	30.776
Demonstração do resultado												
Receita	2.797	9.273	11.753	12.128	3.432	8.646	1.345	2.867	3.679	1.790	6.286	6.286
Lucro (prejuízo) do exercício	603	2.424	3.342	3.218	583	881	40	655	605	-347	-44	-44

(a) Pró Imagem, Pró R.M. Diagnóstico, Pró Imagem Exames, Pró Exames.

(b) Nuclear Medcenter, Científica e Nucleminas.

(c) CDI Vitória e CDI Vila Velha.

(d) Centro Cláudio Ramos, CID, Núcleo de Diagnóstico, Núcleo de Imagem, Veneza Diagnóstico, RM Diagnóstico - Lafaiete e RM Diagnóstico - Resende.

(e) DI Imagem Centro, DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Raio X, DI Imagem Ultrassonografia, Conesul, Dourados, Unic, Sonimed, Sonimed Nuclear e Cintimed.

(f) Plani Diagnóstico, Plani Ressonância, Plani Jacareí; Araras e Caraguatatuba.

(g) SOM Diagnósticos, Nuclear e Censo.

(h) Imagem Centro, Instituto de Diagnóstico, Setra e Gold Imagem Diagnósticos.

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2016 - Centro de Imagem Diagnósticos S.A

Notas Explicativas

	31.12.2015									
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Sabedotti	Grupo CSD (g)	Imrad	São Judas	Grupo Gold (h)	Ecoclinica
Ativo										
Circulante	8.346	16.978	21.575	17.199	5.430	20.107	4.229	2.958	5.746	4.697
Não circulante	19.114	34.573	58.401	51.789	12.140	26.473	7.876	6.817	17.031	6.094
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante	2.466	8.274	10.025	8.955	2.593	7.279	1.318	2.339	4.232	1.355
Não circulante	5.477	7.488	12.572	8.195	523	5.417	254	1.040	7.700	548
Patrimônio líquido	19.517	35.789	57.379	51.838	14.454	33.884	10.533	6.396	10.845	8.888
Demonstração do resultado										
Receita	12.840	38.262	46.586	49.206	12.855	34.766	5.643	13.111	13.312	8.500
Lucro (prejuízo) do exercício	3.678	7.232	6.993	10.796	1.679	4.109	(1.180)	2.260	1.117	(645)

Notas Explicativas

Imobilizado:

Instalações

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

Equipamentos de informática

Adiantamentos a fornecedores

Outros (*)

Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
10	6.974	(3.908)	3.066	4.476
10	101.277	(7.882)	93.395	87.234
8,98	553.904	(231.181)	322.723	278.662
10	27.498	(11.565)	15.933	15.494
20	-	-	-	-
20	31.407	(18.996)	12.411	12.899
-	11.916	-	11.916	11.916
	<u>1.084</u>	<u>-</u>	<u>1.084</u>	<u>530</u>
	<u>734.060</u>	<u>(273.532)</u>	<u>460.528</u>	<u>411.211</u>

A movimentação do ativo imobilizado no período de três findo em março de 2016 e nos exercícios de 2015 é como segue:

Controladora

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31.03.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.538	182	-	(254)	18.466
Máquinas e equipamentos	55.879	3.681	(2.245)	(1.993)	55.322
Móveis e utensílios	1.334	861	-	(77)	2.118
Equipamento de informática	1.352	937	-	(351)	1.938
Instalações	76	6	-	(21)	61
Veículos	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	11.916	-	-	-	11.916
Total	<u>89.095</u>	<u>5.667</u>	<u>(2.245)</u>	<u>(2.696)</u>	<u>89.821</u>

Consolidado

	Saldo em 31.12.2015	Adição por combinação de negocio	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31.03.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	87.234	-	7.125	-	(964)	93.395
Máquinas e equipamentos	278.662	52.524	2.092	(3.769)	(6.786)	322.723
Móveis e utensílios	15.494	-	1.513	(503)	(571)	15.933
Equipamento de informática	12.899	-	1.734	(827)	(1.395)	12.411
Instalações	4.476	-	26	(1.238)	(198)	3.066
Veículos	-	-	-	-	-	-
Obras em Andamento	11.916	-	-	-	-	11.916
Outros	530	-	554	-	-	1.084
Total	<u>411.211</u>	<u>52.524</u>	<u>13.044</u>	<u>(6.337)</u>	<u>(9.914)</u>	<u>460.528</u>

A Companhia e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em empréstimos e financiamentos, financiamentos e arrendamentos financeiros. Foram cedidas as máquinas e equipamentos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$213.824 (R\$217.926 em 2015).

12. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Taxa amortização	Controladora	
		31.03.2016	31.12.2015
Direito de uso - software	20%	814	714
Intangível em andamento (a)		6.703	3.463
Outros		<u>352</u>	<u>352</u>
Total		<u>7.869</u>	<u>4.529</u>

	Taxa amortização	Controladora	
		31.03.2016	31.12.2015
Ágio na aquisição de empresas		769.673	586.983
Direito de uso-software	20%	3.642	2.598
Intangível em andamento		9.854	5.944
Marcas		53.908	44.860
Contrato com Hospital		11.266	-
Outros		<u>352</u>	<u>352</u>
Total		<u>848.695</u>	<u>640.737</u>

A movimentação do ativo intangível nos seis meses findos em março de 2016 e no exercício de 2015 é como segue:

	Controladora				Saldo Líquido em 31.03.2016
	Saldo Líquido em 31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	
Direito de uso - software	714	100	-	-	814
Intangível em andamento	3.463	3.244	-	(4)	6.703
Outros	<u>352</u>	-	-	-	<u>352</u>
Total	<u>4.529</u>	<u>3.344</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>7.869</u>

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

	Saldo Líquido em 31.12.2015	Consolidado				Saldo Líquido em 31.03.2016
		Adições	Baixas	Amortização	Combinação de negócio	
Ágio na aquisição de empresas	586.983	-	-	-	182.690	769.673
Direito de uso - software Intangível em andamento	2.598	206	-	(194)	1.032	3.642
Marcas	5.944	3.910	-	-	-	9.854
Contrato com Hospital DMA	44.860	-	-	-	9.048	53.908
Outros	-	-	-	-	11.266	11.266
	<u>352</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>352</u>
Total	<u>640.737</u>	<u>4.116</u>	<u>-</u>	<u>(194)</u>	<u>204.036</u>	<u>848.695</u>

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Em 31 de dezembro de 2015, os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas.

13. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais para exames, máquinas e equipamentos e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 45 dias. Na controladora, para o período findo em 31 de março de 2016, R\$16.373 (R\$13.577 em dezembro de 2015) e no consolidado R\$65.691 (R\$51.108 em dezembro de 2015).

14. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Salários a pagar	2.914	1.171	7.482	5.902
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	1.187	1.206	5.891	7.268
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	81	251	908	1.834
Provisão para bônus	758	2.275	1.316	2.605
Provisão para férias	2.398	1.647	15.456	9.186
Provisão para 13º Salário	669	-	3.602	-
Outros	<u>750</u>	<u>511</u>	<u>2.504</u>	<u>1.414</u>
Total	<u>8.757</u>	<u>7.061</u>	<u>37.159</u>	<u>28.209</u>

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
<u>Moeda nacional</u>				
Capital de giro	131.428	110.592	133.541	120.140
Financiamento de equipamentos	6.857	7.463	54.669	33.879
Debêntures	-	-	36.533	-
(-) Custo de captação	<u>(920)</u>	<u>(573)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(732)</u>
Total	<u>137.365</u>	<u>117.482</u>	<u>223.704</u>	<u>153.287</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>				
Capital de giro	210.691	296.026	211.926	296.026
Financiamento de máquinas e equipamentos	41.166	1.754	62.266	18.099
(-) Custo de captação	<u>(1.725)</u>	<u>(2.071)</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(1.968)</u>
Total	<u>250.132</u>	<u>295.709</u>	<u>272.498</u>	<u>312.157</u>
Circulante	108.185	64.918	149.666	79.654
Não circulante	279.312	348.273	346.536	385.790

Notas Explicativas

Resumo das principais características:

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são como segue:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Financiamento de Equipamentos (i)	Semestral 03/13 a 09/21	US\$	2,35% a.a
Capital de Giro (ii)	Semestral 08/13 a 05/20	US\$ + Libor semestral	3,50% a.a
Capital de Giro (iii)	Semestral 12/13 a 06/20	CDI	2,30% e 2,65 a.a
Capital de Giro (iv)	Semestral 09/14 a 09/17	-	13,65% a.a
Capital de Giro (v)	Semestral 12/14 a 05/18	-	14,78% a.a
Capital de Giro (vi)	Semestral 08/16 a 02/19	CDI	4,43% a.a
Capital de Giro (vii)	Trimestral 09/15 a 9/18	CDI	2,80% a.a.
Capital de Giro (viii)	Semestral 09/15 a 3/19	CDI	3,50% a.a.
Capital de Giro (ix)	Trimestral 11/15 a 10/18	CDI	3,66% a.a.
FINAME (x)	Mensal 02/14 a 01/19	Pré Fixado	3,50% a.a
Capital de Giro (xi)	Única 03/17	CDI	4,00% a.a.
Debêntures (xii)	Trimestral de Julho/13 a Julho/18	CDI	2,73% a.a

- (i) Contrato de financiamento concedido pelo KFW Banking Group (Alemanha), com linha de US\$22.547 mil. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia utilizou US\$17.103 mil do montante total disponibilizado. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais, a partir de 21 de agosto de 2012. Os recursos são destinados, exclusivamente, ao financiamento de 85% do valor dos equipamentos de diagnóstico por imagem adquiridos da Siemens Ltda. O financiamento tem como garantia os próprios equipamentos.
- (ii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de US\$10.000 mil. O período de amortização é de oito anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de R\$94.080, sendo uma tranche de R\$46.320 que tem como indexador CDI acrescido de 2,30% a.a e outra tranche de R\$47.760 que tem como indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil no valor total de US\$4.132 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$10.132, com a taxa de juros pré-fixada em 13,65% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (v) Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil no valor total de US\$5.910 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$15.300, com a taxa de juros pré-fixada em 14,78% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$25.177 mil. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 4,43% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

- (vii) Empréstimo concedido pelo Banco Votorantim no valor total de R\$10.000, e tem como indexador CDI acrescido de 2,80% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Banco Itaú no valor total de US\$10.723 mil. A Companhia contratou swap no valor de R\$40.777, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,50% a.a.. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (ix) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$5.249 mil. A Companhia contratou swap no valor fixo de R\$19.958, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,66% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (x) Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco Itaú, para a compra de equipamentos de diagnóstico por imagem. A linha de crédito total concedida é de R\$12.597 e, até 31 de dezembro de 2015, foi captado R\$9.105. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária em favor do agente financeiro.
- (xi) Empréstimo concedido pelo Banco Itaú no valor total de R\$9.500, e tem como indexador CDI acrescido de 4,00% a.a.. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xii) Foram emitidas 50 debêntures com valor unitário de R\$1.000.000 (hum milhão de reais) cada, totalizando R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais). O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão de 15 de julho de 2013, com vencimento final previsto para 8 de julho de 2018. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,73% ao ano.

Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2), a Companhia entende que os juros pagos na sua atividade seriam melhor apresentados na atividade de financiamento.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício de 31 de março de 2016 e 2015 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	413.191	276.778	465.444	317.996
Captações líquidas	58.445	134.999	59.645	150.411
Adições por controladas adquiridas (*)	-	-	65.044	-
Pagamento de principal	(36.314)	(80.069)	(43.384)	(93.659)
Pagamentos de encargos financeiros	(6.410)	(39.007)	(8.457)	(45.153)
Encargos financeiros	13.306	46.544	17.365	53.361
Variação cambial	(54.721)	73.946	(59.455)	82.488
Saldo no fim do exercício	<u>387.497</u>	<u>413.191</u>	<u>496.202</u>	<u>465.444</u>

(*) Em 2016, refere-se à aquisição da controlada Delfin.

Para informações sobre a exposição da Sociedade aos riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

Bônus de subscrição

Em 31 de março de 2013, no âmbito da captação do financiamento mencionada acima, foi emitido em favor do IFC um bônus de subscrição, com as seguintes principais características:

Notas Explicativas

- (a) Valor nominal global (Reais): O preço de emissão do Bônus de Subscrição n.1 é o equivalente em reais a US\$1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos).
- (b) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Companhia (i) condições e (ii) efeitos sobre o capital social: Observadas as condições previstas no Bônus de Subscrição n.1, o titular poderá exercer o direito de subscrever as Ações do Bônus durante o Período de Exercício em caso de um Evento de Conversão (conforme abaixo definido), mediante entrega à Companhia de Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), observado que: (i) com relação a uma troca de controle da Companhia, a Companhia deverá entregar ao titular uma Comunicação de Evento de Conversão (conforme abaixo definido) com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) dias de antecedência da respectiva Data de Fechamento (conforme abaixo definido), observado que, caso uma segunda comunicação de transferência seja entregue ao titular na forma da Cláusula 4.03(f) do Contrato (conforme abaixo definido), a Companhia deverá entregar uma nova Comunicação de Evento de Conversão ao titular, de modo que o titular tenha tempo suficiente para decidir exercer ou não seu direito de subscrever as Ações do Bônus anteriormente ou concomitantemente à ocorrência de tal Evento de Conversão; e [(ii) com relação a uma [oferta pública de distribuição de ações da Companhia], a Companhia deverá entregar uma Comunicação de Evento de Conversão ao titular no mínimo 10 (dez) dias antes da liquidação financeira de tal Oferta.]. O titular (e seus eventuais sucessores e os cessionários) terá o direito de subscrever, e a Companhia terá a obrigação de emitir, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com direitos idênticos aos direitos das ações ordinárias e/ou preferenciais existentes na Data de Subscrição (conforme abaixo definido), sendo certo que caso o capital da Companhia seja representado por mais de uma espécie e/ou classe de ação, tais ações serão da mesma espécie e/ou classe das ações da Companhia existentes na Data de Subscrição, devendo ser para tanto emitidas na mesma proporção de ações ordinárias e ações preferencias da Companhia, bem como na mesma proporção das diferentes classes de ações da Companhia, conforme existente na Data de Subscrição (tais ações, as "Ações do Bônus"). Nas hipóteses acima previstas, o direito de subscrição previsto no Bônus de Subscrição n.1 só poderá ser exercido de forma integral de uma só vez pelo titular. O número de Ações do Bônus a serem emitidas em caso de exercício do direito de subscrição conferido pelo Bônus de Subscrição n.1 será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

A = B / C, onde:

"**A**" significa o número de Ações do Bônus a serem emitidas em tal ocasião (o "Número de Ações do Bônus");

"**B**" significa o correspondente Valor de Conversão (conforme abaixo definido) indicado pelo titular na respectiva Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), a ser aplicado no pagamento do preço de emissão do Número de Ações do Bônus na respectiva Data de Subscrição; e

"**C**" significa o Preço de Emissão por Ação (conforme abaixo definido).

O Valor de Conversão será pago pelo titular à Companhia na respectiva Data de Subscrição, por meio da conversão de tal montante em investimento externo direto no capital da Companhia.

Descumprimento de cláusula contratual

De acordo com o contrato de empréstimo entre o International Finance Corporation ("IFC") e a Companhia datado de 02 de maio de 2013 a Companhia não cumpriu os requisitos da cláusula 6.01(o) relativos a índices financeiros. Esta cláusula exige que a Companhia e suas controladas mantenham em todos os momentos as seguintes

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

proporções em base consolidada, a ser calculado sobre uma base pro forma: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,1; (ii) a dívida total sobre EBITDA não superior a 3,0; e (iii) um *Historic Debt Service Coverage Ratio* de pelo menos 1,3.

Embora em 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016 a Companhia não cumpriu o índice de liquidez corrente (conforme item i acima), de acordo com a cláusula 7.02 do contrato de empréstimo com o IFC, não houve um *Event of Default* até a data de publicação dessas demonstrações. Para um *Event of Default* ocorrer, o IFC deve (1) enviar uma notificação à Companhia comunicando o descumprimento e (2) esperar a caducidade de 30 dias após essa notificação. Esses dois eventos não ocorreram até a data de publicação dessas demonstrações financeiras. A cláusula 7.01 afirma claramente que a dívida só se torna vencida no momento em que ocorre um *Event of Default*. O controlador da Companhia se compromete a restabelecer o parâmetro previsto no contrato dentro do período previsto na cláusula na 7.02 (c). O valor total da dívida em 30 de junho de 2016 com o IFC é de R\$ 127.887, dos quais R\$93.565 são exigíveis a longo prazo.

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e suas controladas, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos tributários e previdenciários, levantados pela Companhia e por seus assessores, foram incluídos neste programa.

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Parcelamentos de Imposto Sobre Serviços - ISS (a)	2.364	4.202
Parcelamentos da Receita Federal (b)	4.040	2.877
Parcelamentos de INSS	832	668
Parcelamentos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	785	686
Incorporação Delfin	1.464	-
Total	<u>9.485</u>	<u>8.433</u>
Circulante	<u>1.626</u>	<u>1.256</u>
Não circulante	<u>7.859</u>	<u>7.177</u>

(a) A controlada Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda., até o exercício de 2007 recolhia o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - aplicando a alíquota de 5% sobre a sua receita. Contudo por entender que a alíquota a ser recolhida deveria ser de 2%, suspendeu os pagamentos a partir de 2008 e ingressou com ação judicial contra a Prefeitura de Vitória pleiteando o reenquadramento da alíquota para 2%. Em 20.05.2010, a Prefeitura Municipal de Vitória/ES publicou a Lei 7.398 instituindo o Programa Extraordinário de Parcelamento e Regras Para Equacionar os litígios de Sociedade Uniprofissional - PexP -. Tal dispositivo além de reduzir a alíquota do ISS para 2% sobre o faturamento, também instituiu o parcelamento dos débitos pendentes de recolhimento decorrentes da suspensão de pagamento durante o período da discussão judicial, sendo que tais débitos foram parcelados em 240 parcelas mensais.

A Lei Complementar 548, de 02 de julho de 2014 da Prefeitura de São José dos Campos/SP, instituiu o Programa de Pagamento Incentivado - PPI - para os débitos tributários inscritos em dívida ativa, com ou sem cobrança judicial, com previsão para pagamento a vista ou parcelado, com redução de juros e multa moratória. Considerando a vantagem do PPI, a Controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo pagamento de débitos de ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - não pagos e inscritos em dívida ativa. O Parcelamento deferido em agosto de 2014, o qual será quitado em 100 parcelas mensais.

Notas Explicativas

(b) A Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, instituiu o programa de refinanciamento fiscal - REFIS - para pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. Considerando os termos e vantagens oferecidos por este programa de anistia fiscal, em novembro de 2009, a controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo parcelamento de débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Parcelamento este deferido pela Receita Federal em junho de 2011, o qual será quitado em 180 prestações atualizadas pela SELIC.

A movimentação dos parcelamentos de impostos no período de três meses de 2016 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo no início do período	8.433
Incorporação Delfin	1.464
Amortizações	(467)
Juros provisionados	<u>55</u>
Saldo no fim do período	<u>9.485</u>

17. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Controladas adquiridas:</u>		
Nuclear	2.104	2.039
Sonimed	1.404	1.360
Unic	2.106	2.041
Clínica Sabedotti	3.578	3.467
Cintmed	345	334
Sonimed Nuclear	666	645
IMRAD	1.100	1.066
São Judas Tadeu	2.056	1.992
Gold Imagem Diagnósticos	44	160
Imagem Centro de Diagnósticos	439	1.584
Instituto de Diagnósticos (Rio Claro)	197	713
Setra Prest. Serviços	106	382
Sonograff	845	818
Nuclear Medcenter	3.837	3.719
UMDI	6.699	6.492
Pró-Imagem	6.710	6.998
Delfin	<u>9.413</u>	<u>-</u>
Total	<u>41.649</u>	<u>33.810</u>
Circulante	4.524	4.354
Não circulante	37.125	29.456

As contas a pagar por aquisições de empresas contemplam garantias previstas nos Contratos de Compra e Venda decorrentes de retenções de parcelas do valor a pagar. Sobre os valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas do CDI ou SELIC.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas no período de três meses de 2016 é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo no início do período	33.810
Adição	9.413
Pagamento do principal	(2.077)
Pagamento de encargos financeiros	(586)
Encargos financeiros	<u>1.089</u>
Saldo no fim do período	<u>41.649</u>

A composição das contas a pagar por aquisição de empresas por vencimento em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>Cronograma de pagamento</u>	<u>Valor nominal</u>
1 ano	4.524	7.568
2 anos	14.633	16.839
3 anos	6.381	16.212
Após 5 anos	<u>16.111</u>	<u>23.703</u>
Total	<u>41.649</u>	<u>64.322</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são partes em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes.

Em 31 de março de 2016, o saldo da rubrica "Provisão para riscos legais", considerado suficiente pela Administração para a cobertura de prováveis desembolsos de caixa nos processos em andamento, é composto como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Trabalhistas e previdenciários (a)	122.852	123.700	138.529	132.812
Tributários (b)	31.772	30.202	62.207	45.500
Civil	3	3	982	258
Incorporação Delfin	-	-	<u>1.571</u>	-
Total	<u>154.627</u>	<u>153.905</u>	<u>203.289</u>	<u>178.570</u>

- (a) Provisões trabalhistas constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, substancialmente, aos riscos de futuras lides relativas a interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício decorrente de relações trabalhistas identificadas durante combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores. O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, que é de R\$ 106.984 em março de 2016 (R\$ 120.810 em dezembro de 2015). Parte substancial da provisão para riscos tributário no passivo é representada pela contrapartida da Garantia de Reembolso de Contingências de natureza tributária apresentada no ativo.

Notas Explicativas

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 8.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de futuras lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes substancialmente, na controladora, de combinações de negócios ocorridas em períodos em anteriores, vide nota explicativa nº 9. O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, cujo risco de descaracterização como SCP representa R\$21.925 em março de 2016 (R\$24.835 em dezembro de 2015).

No consolidado, a Companhia discute judicialmente a apuração e o pagamento do ISS como empresa uni profissional, em vez de ter tributado a receita de prestação de serviços para o período de maio de 2005 a abril de 2010. Este processo é previsto no inciso II do art. 15 da lei n. 13.701/2003, cujo valor do risco atualizado é de aproximadamente R\$ 10.694, com valor de depósito judicial de mesmo valor.

A movimentação da provisão para riscos nos seis meses findos em março de 2016 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo no início do período	153.905	178.570
Adição por combinação de negócios	-	24.608
Adições	9.812	11.751
Reversões (*)	(10.280)	(12.830)
Encargos financeiros	<u>1.190</u>	<u>1.190</u>
Saldo no fim do período	<u>154.627</u>	<u>203.289</u>

- (*) Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, as contingências não materializadas que prescreveram durante o exercício, uma vez que o fato gerador do risco ocorreu há mais de cinco anos. Em 31 de março de 2016, o saldo de garantia de reembolso de contingências contabilizadas é de R\$154.251 na controladora e R\$160.252 no consolidado (nota explicativa nº 8).

Os processos cujo risco de perda é possível referem-se a:

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível em causas tributárias no montante de R\$67.473 em 31 de março de 2016, para os quais a companhia possui garantias no montante de R\$67.401, conforme contrato de compra e venda de suas subsidiárias (R\$58.444 de causas tributárias e R\$58.415 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a danos morais e materiais. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível no montante de R\$3.720 em 31 de março de 2016 nos quais a companhia tem a garantia de R\$1.290, conforme contrato de compra e venda. (R\$3.406 de causas cíveis e R\$1.143 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Trabalhistas

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício. O risco em 31 de março de 2016 foi avaliado no montante de R\$23.396, para os quais a companhia possui garantia de R\$17.639 conforme contrato de compra de venda (R\$18.442 de causas trabalhistas e R\$15.960 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016, os riscos trabalhistas classificados como possível incluem 4 processos relacionados a contratos com empresas médicas para a prestação de serviços nas áreas de diagnósticos por imagem, no qual se discute o reconhecimento do vínculo empregatício. A Companhia entende que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas nessa modalidade. Os valores estimados da contingência passiva relacionadas a esses processos é de R\$8.721 (R\$6.261 em dezembro de 2015).

Depósitos Judiciais

Em 31 de março de 2016, há R\$ 570 na controladora e R\$ 23.699 no consolidado de depósitos judiciais para fazer frente aos processos em andamento (R\$ 381 na controladora e R\$ 15.149 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de março de 2016, o capital social autorizado é de R\$323.055 (R\$299.249 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 99.847.320 ações (91.735.156 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia é controlada pelo Pátria - Brazilian Private Equity Fund III - FIP que detém 22,5% de suas ações. O restante encontra-se pulverizado entre os demais acionistas.

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ações ordinárias	49.923.660	46.883.107
Ações preferenciais - Classe A	49.666.148	44.594.244
Ações preferenciais - Classe B	<u>257.512</u>	<u>257.805</u>
	<u>99.847.320</u>	<u>91.735.156</u>

Aumento de capital

No dia 10 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R\$23.806. Tendo sido aportado em 2016, o montante interino, passando o capital social integralizado de R\$299.249 para R\$323.055, mediante a emissão de 10.184.522 ações sendo 3.099.712 ações ordinárias, 5.128.125 ações preferenciais classe "A", e 1.956.685 ações preferenciais classe C criadas neste ato, resgatáveis, não conversíveis, sem direito a voto e com prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia.

Direitos das ações preferenciais

As ações preferenciais classe "A" têm como vantagem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e, direito a voto com restrições. As ações preferencias classe "B" não conferem o direito a voto a seus titulares, mas asseguram como vantagem a prioridade no reembolso

Notas Explicativas

do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. As ações preferencias não dão direito a dividendos fixos ou cumulativos.

Reserva de capital

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (i)	616.342	471.680
Plano de opções em ações (ii)	<u>3.490</u>	<u>2.910</u>
	<u><u>619.832</u></u>	<u><u>474.590</u></u>

- (i) A Companhia adquiriu a integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Delfin, transformando-as em subsidiárias integrais, mediante emissão e entrega de ações da Companhia aos ex-sócios destas empresas, acarretando em um aumento de capital social na Companhia.

Desta forma, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido, por analogia do artigo 182 da lei 6.404, a diferença entre o valor total das aquisições e o valor atribuído ao capital social, conforme ato societário. O valor registrado corresponde a R\$471.680 atribuíveis a Combinação de negócios da CDB e R\$176.680 para a Delfin.

No dia 10 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o resgate e cancelamento de 1.956.685 ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, pelo valor de R\$ 16,36 por ação, totalizando o valor de R\$ 32.018, a ser pago pela Companhia aos respectivos acionistas titulares de tais ações.

- (ii) Refere-se aos custos do plano de opções de ações elucidado na nota explicativa nº 29.

Lucro (prejuízo) por ação

Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 41 e IAS 33 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

<u>Básico</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.532	(14.770)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	<u>93.512</u>	<u>90.763</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - básico	<u>0,081</u>	<u>(0,163)</u>

Diluído

Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.532	(14.770)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	93.512	90.763
Efeito diluidor das opções em circularizações (ações em milhares)	113	-
Média do número de ações durante os planos - Diluído	<u>93.625</u>	<u>90.763</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - diluído	<u>0,080</u>	<u>(0,163)</u>

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

20. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Receita bruta de serviços	22.460	20.037	203.815	172.457
Receita bruta de construção	-	-	4.616	-
Deduções:				
Impostos e contribuições	(1.438)	(1.285)	(12.705)	(10.665)
Receita líquida de serviços	<u>21.022</u>	<u>18.752</u>	<u>195.726</u>	<u>161.792</u>

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios	(5.639)	(5.621)	(54.177)	(45.032)
Medicamentos e materiais médico-hospitalares	(1.339)	(1.210)	(26.090)	(14.886)
Serviços de terceiros	(87)	(722)	(9.907)	(6.222)
Honorários médicos	(3.140)	(3.357)	(35.882)	(38.733)
Consultoria e assessoria	(2.502)	(755)	(3.150)	(1.265)
Com utilidades - água, energia elétrica e outras	(1.266)	(787)	(7.122)	(5.113)
Com manutenção	(817)	(1.467)	(6.556)	(9.848)
Custo com construção	-	-	(4.355)	-
Depreciação e amortização	(2.700)	(2.428)	(10.108)	(8.780)
Aluguel	(2.035)	(1.680)	(10.103)	(8.977)
Perda por dividendos desproporcionais	(3.795)	(3.349)	-	-
Outras despesas operacionais	(4.441)	(926)	(6.744)	(2.887)
Total	<u>(27.761)</u>	<u>(22.302)</u>	<u>(174.194)</u>	<u>(141.743)</u>
Custo dos serviços prestados	(13.008)	(12.821)	(121.658)	(102.822)
Despesas gerais e administrativas	(7.876)	(5.820)	(47.437)	(38.332)
Outras despesas, líquidas	<u>(6.877)</u>	<u>(3.661)</u>	<u>(5.099)</u>	<u>(589)</u>
Total	<u>(27.761)</u>	<u>(22.302)</u>	<u>(174.194)</u>	<u>(141.743)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Rendimento de aplicações financeiras	9	330	310	469
Variação cambial líquida	53.044	(38.819)	57.713	(39.742)
Ganho (Perda) instrumento financeiro derivativo	(46.792)	24.088	(46.792)	24.088
Juros de empréstimos	(12.202)	(8.199)	(15.695)	(10.773)
Custo de Captação	(129)	(111)	(132)	(114)
Juros de contas a pagar por aquisição de empresa	(1.089)	(970)	(1.089)	(970)
Outras receitas (despesas) financeiras	<u>(185)</u>	<u>(3.999)</u>	<u>(1.263)</u>	<u>(3.287)</u>
Total	<u>(7.344)</u>	<u>(27.680)</u>	<u>(6.948)</u>	<u>(30.329)</u>

Notas Explicativas**23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	
	31.03.2016	31.03.2015
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	7.532	(17.571)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda	(2.561)	5.974
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	7.349	4.644
Perda por dividendos desproporcionais	(1.291)	(1.146)
Outros	(3.497)	(6.671)
Total de crédito no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>2.801</u>

	Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015
<u>Lucro Real</u>		
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	15.713	(10.280)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de (despesa) crédito de IRPJ e CSLL	(5.342)	3.495
Diferenças permanentes:		
Perda por dividendos desproporcionais	(1.291)	(1.146)
Amortização do ágio	(1.600)	(60)
Outros	5.988	(2.013)
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	(3.743)	(1.973)
Total de IR/CS no resultado do exercício	<u>(5.988)</u>	<u>(1.697)</u>

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Ágio proveniente de incorporações	56.068	56.068	105.205	109.911
Prejuízo fiscal	90.780	90.780	91.059	91.059
Outras diferenças temporárias	4.993	4.993	23.741	8.283
Mais valia de ativos	-	-	(99.848)	(61.659)
Base de cálculo	151.841	151.841	120.157	147.594
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>51.626</u>	<u>51.626</u>	<u>40.853</u>	<u>50.182</u>
Classificados como:				
Imposto diferido ativo	51.626	51.626	74.801	71.146
Imposto diferido passivo	-	-	(33.948)	(20.964)
Imposto diferido líquido apresentado no ativo	<u>51.626</u>	<u>51.626</u>	<u>40.853</u>	<u>50.182</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos em 2015 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	51.626	50.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre ágio amortizado para fins fiscais	-	(1.600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre mais valia de ativos	-	(12.985)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	-	5.256
Saldos em 31 de março de 2016	<u>51.626</u>	<u>40.853</u>

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A Administração estima que os créditos tributários serão recuperados em até dez exercícios, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	6.584	6.584
2018	7.898	7.898
2019	10.281	10.281
2020	13.327	13.327
2021	<u>13.536</u>	<u>2.763</u>
Total	<u>51.626</u>	<u>40.853</u>

24. PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas, sobre as quais não incidem encargos financeiros.

Em 31 de março de 2016 a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Notas Explicativas

Cent

Ativo não circulante - Controladora

	31.03.2016			Total
	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	23	-	
Ideal Diagnósticos por Imagem	818	3	-	
Alto São Francisco	-	-	-	
Pará de Minas Diagnósticos	855	7	1.869 (a)	2.731
Imrad	-	-	-	
Sete Lagoas Diagnósticos	739	1	-	
Montes Claros	521	1	-	
Sonimed Nuclear	-	-	-	
Som Diagnósticos	926	270	-	1.196
Nuclear Diagnóstico	2.233	285	-	2.518
Plani Ressonância	4.518	51	-	4.569
Plani Jacareí	-	554	-	554
Núcleo de Diagnóstico por Imagem	-	-	-	
RM Lafaiete	-	5	-	
Itaguaí Diagnósticos	305	-	2.601 (a)	2.906
Gold Imagem Diagnósticos	2.171	16	-	2.187
Setra Prest. Serviços Radiológicos	-	-	-	
CDI Vitória	-	97	-	
São Judas Tadeu	-	-	-	
Umdi	-	-	1.251 (a)	1.251
Ecoclínica	699	155	-	854
CDB	420	7.002	-	7.422
Unidade de Diagnóstico Dourados	-	31	-	
Instituto de Diagnóstico	-	32	-	
Nuclear Medcenter	-	23	-	
Outros	-	80	-	
Total	14.205	8.634	5.721	28.560

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2016 - Centro de Imagem Diagnósticos S.A

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Passivo não circulante - Controladora

31.03.2016

	Mútuos	Outros passivos
Centro de Imagem Diagnósticos	-	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	(1.868)	-
Alto São Francisco	(1.694)	-
Imrad	(636)	-
DI Imagem Unidade de Raios X	(2.057)	-
DI Imagem Centro	(153)	-
Unic Unidade Campograndense	(3.540)	-
Sonimed Nuclear	(425)	-
Diagnósticos Conesul	(755)	-
Cintimed	(307)	-
Plani Diagnósticos Médicos	(1.670)	-
Caraguatatuba	(192)	-
Araras Medicina Diagnóstica	(1.629)	-
Núcleo de Diagnóstico por Imagem	-	-
Centro Diagnostico Claudio Ramos	(13.871)	-
Três Rios Imagem Diagnóstico	(132)	-
Umdi	(2)	-
Científica	(1.297)	-
Pro Ressonância	(450)	-
Pro Imagem	(987)	-
Imagem Centro	(845)	-
Rio Claro	(632)	-
Nucleminas Medicina	(436)	-
Outros	(41)	-
Total	(33.619)	-

		(c)	(c)
FIDI		469	151
AFIP		8.279	12.025
Total	S.A	8.748	12.213

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2016 - Centro de Imagem Diagnósticos S.A

Versão : 2

Notas Explicativas

(a) Outros ativos - A controladora possui saldos relativos a transferências de ativo imobilizado para as entidades adquiridas, criando assim um passivo nas controladas e um ativo na controladora no valor de R\$ 5.721, dividido entre R\$ 1.869 na Pará de Minas, R\$ 2.601 na Itaguaí Diagnósticos e R\$ 1.251 na Umdi (R\$ 1.251 em 31.12.2015).

As controladas Plani Ressonância, Plani Diagnósticos e Científica possuem saldos a receber referentes a transações de parcelamentos de impostos negociadas com acionistas, somando R\$ 3.416 (R\$ 2.467 em 31.12.2015). A controlada RBD possui saldo ativo de R\$ 2.766 referentes a Adiantamento ao fornecedor Philips Medical Systems (R\$ 1.120 em 31.12.2015). Esses saldos compõem o ativo não circulante consolidado.

(b) Outros passivos - Em 2015 a controladora possuía saldo a pagar aos seus acionistas de R\$3.000 registrados na rubrica "outras contas a pagar" relativo a recompra de ações.

(c) Serviços tomados - A Companhia contrata serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e administrativo e operacional com as controladoras Alliar e a Fundação Instituto de Pesquisa e Diagnóstico Por Imagem (FIDI). De acordo com o contrato de concessão, as transações com partes relacionadas estão sujeitas a revisão por um verificador independente que é definido pela SESAB e contratado pela RBD. O prazo de duração dos contratos vai até o final da concessão, e os reajustes são feitos com base no IPCA e nos mesmos termos do reajuste previsto no Contrato de Concessão para reajuste da contraprestação da RBD. O valor total referente a estes serviços durante o período findo em 31.03.2016 é de R\$ 469 (R\$151 em 31 de março de 2015) e está alocado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia possui contrato de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa. Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$ 4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de plano de saúde. Até 31.03.2016 a Companhia tomou serviço de análises clínicas da Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa (AFIP) no valor de R\$ 8.279 (R\$12.026 em 31 de março de 2015).

um padrão de contrato de locação não residencial atípico em que são garantidas as mesmas condições de contratos dessa mesma espécie firmados com terceiros, tendo como premissas (i) prazo de locação igual ou superior a 10 anos; (ii) direito da Companhia a renovatória; (iii) o respectivo locador renuncia ao direito a ação revisional e, (iv) é garantido à Companhia o direito de preferência.

Os valores dos contratos de aluguel firmados entre a Companhia e as partes relacionadas são determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGPM, IPCA e INPC.

A despesa de aluguel com partes relacionadas no exercício findo em 31 de março de 2016, registrado no resultado, foi de R\$ 287 (R\$105 em 31 de março de 2015) na controladora e de R\$ 1.145 no consolidado (R\$ 1.061 em 31 de março de 2015). Além disso, a Companhia possui um saldo a pagar de aluguéis com partes relacionadas registrado no passivo no valor de R\$ 1.394 (mesmo valor em 31.03.2015).

(e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da controladora. Os membros do Conselho da Administração e dos comitês não recebem nenhuma remuneração para exercer tais funções.

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Pró-labore	1.080	983
INSS Sobre Pró-labore	270	223
Bônus	442	334
INSS Sobre Bônus	88	67
Benefícios indiretos (*)	52	26
Remuneração baseada em ações	580	580
Total	<u>2.512</u>	<u>2.213</u>

(*) Estes benefícios referem-se ao plano de saúde e auxílio alimentação.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Notas Explicativas**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****25.1. Gestão do risco de capital**

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados nas notas explicativas nº 15, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 19, respectivamente).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

25.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Dívida (a)	387.497	413.191
Caixa e equivalentes de caixa	(10.930)	(673)
Dívida líquida	376.567	412.518
Patrimônio líquido (b)	<u>893.452</u>	<u>716.077</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>42,15%</u>	<u>57,61%</u>
	Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Dívida (a)	496.202	465.444
Caixa e equivalentes de caixa	(25.183)	(21.920)
Dívida líquida	471.019	443.524
Patrimônio líquido (b)	<u>921.441</u>	<u>733.000</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>51,12%</u>	<u>60,51%</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

25.2. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<i><u>Ativos financeiros:</u></i>		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	10.930	673
Títulos e valores mobiliários	2.823	2.763
Contas a receber de clientes	20.375	21.334
Depósitos judiciais	570	381
Partes relacionadas	28.562	21.042
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	-	29.320
<i><u>Passivos financeiros:</u></i>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	16.373	13.577
Empréstimos, financiamentos e debêntures	387.497	413.191
Contas a pagar - aquisição de empresas	41.649	33.810
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	17.472	-
	Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<i><u>Ativos financeiros:</u></i>		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	25.183	21.920
Títulos e valores mobiliários	15.960	6.435
Contas a receber de clientes	199.127	155.592
Ativo financeiro	20.278	16.060
Depósitos judiciais	23.699	15.149
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	-	29.320
<i><u>Passivos financeiros:</u></i>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	65.691	51.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	496.202	465.444
Debêntures	36.534	-
Parcelamento de impostos	9.485	8.433
Contas a pagar - aquisição de empresas	41.649	33.810
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	17.472	-

25.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros

A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de *hedge*. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Notas Explicativas

25.4. Risco de mercado

Por meio de suas atividades, o Grupo fica exposto principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 15) e nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 15). O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio incluindo:

- Contratos futuros de moeda para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes da contratação de empréstimos em dólar.
- *Swaps* de moeda para mitigar o risco de variação cambial.

25.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Companhia, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pertencentes ao Grupo no fim do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>				
Capital de giro	210.691	296.026	211.926	296.026
Financiamento de máquinas e equipamentos	41.166	1.754	62.266	18.099
(-) Custo de captação	<u>(1.725)</u>	<u>(2.071)</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(1.968)</u>
Total	<u>250.132</u>	<u>295.709</u>	<u>272.498</u>	<u>312.157</u>

25.5.1. Contratos futuros de moeda

Os contatos devem ter o objetivo de proteção com vedação à utilização para posições especulativas.

A Companhia mantém contratos de derivativo cambial, na modalidade "non-deliverable forwards" - NDF, junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional, em relação a passivos já registrados na contabilidade e vinculados a moedas estrangeiras.

Os valores do principal ("notional amount") destas operações não são registrados no balanço patrimonial e os resultados líquidos não realizados nestas operações são avaliados pelo valor justo e registrado na rubrica "Instrumentos financeiros ativos", quando ocorre ganho, ou na rubrica de "Instrumentos financeiros passivos", quando ocorre perda, em contrapartida ao resultado financeiro.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moeda em aberto no fim do período de relatório:

31.03.2016					
Banco	Data da Operação	Data de Vencimento	Dólar Futuro	Valor Nocional	Valor Justo
ABC Brasil	26.09.2014	17.03.2017	2,9016	726	140
ABC Brasil	26.09.2014	13.09.2017	2,9839	707	68
ABC Brasil	26.09.2014	19.09.2016	2,7836	745	113
ABC Brasil	03.12.2014	30.05.2016	2,8611	978	207
ABC Brasil	03.12.2014	24.11.2016	2,9515	949	145
ABC Brasil	03.12.2014	23.05.2017	3,0510	924	94
ABC Brasil	03.12.2014	20.11.2017	3,2053	898	(21)
ABC Brasil	03.12.2014	18.05.2018	3,3102	870	(154)
				<u>6.797</u>	<u>592</u>

31.12.2015					
Banco	Data da Operação	Data de Vencimento	Dólar Futuro	Valor Nocional	Valor Justo
ABC Brasil	26.09.2014	19.09.2016	2,7836	745	110
ABC Brasil	26.09.2014	17.03.2017	2,9016	726	134
ABC Brasil	26.09.2014	13.09.2017	2,9839	707	103
ABC Brasil	26.09.2014	22.03.2016	2,7102	763	141
ABC Brasil	03.12.2014	30.05.2016	2,8611	978	200
ABC Brasil	03.12.2014	24.11.2016	2,9515	949	147
ABC Brasil	03.12.2014	23.05.2017	3,051	924	106
ABC Brasil	03.12.2014	20.11.2017	3,2053	898	69
ABC Brasil	03.12.2014	18.05.2018	3,3102	869	17
				<u>7.561</u>	<u>1.027</u>

25.5.2. Contratos de swap de moeda

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em "receitas financeiras", em contrapartida de "Instrumentos financeiros passivos" para o saldo de diferencial a pagar e em "Instrumentos financeiros ativos" para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Notas Explicativas

		Controladora e Consolidado					
		Valor	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo
		Nocional	Taxa		Taxa		31.03.2016
Vencimento	31.03.2016	Indexador	(%a.a.)	Indexador	(%a.a.)		
Santander	11.05.2016	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(538)
Santander	09.08.2016	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(522)
Santander	07.11.2016	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(464)
Santander	06.02.2017	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(366)
Santander	08.05.2017	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(218)
Santander	04.08.2017	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(147)
Santander	03.11.2017	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	(34)
Santander	31.01.2018	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	61
Santander	02.05.2018	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	143
Santander	30.07.2018	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	222
Santander	29.10.2018	20.000	USD	6,27%	CDI	3,66%	302
Santander	22.08.2016	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	(5.774)
Santander	16.02.2017	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	(5.430)
Santander	15.08.2017	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	(3.152)
Santander	14.02.2018	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	(1.298)
Santander	10.08.2018	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	306
Santander	06.02.2019	101.210	USD	6,83%	CDI	4,43%	1.853
Itaú	08.03.2019	40.800	USD	3,44%	CDI	3,50%	(2.562)
Itaú	02.04.2018	19.000	USD	6,93%	CDI	3,95%	(446)
		<u>887.060</u>					<u>(18.064)</u>

Controladora e Consolidado

		Valor	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo
		Nocional	Taxa		Taxa		31.12.2015
Vencimento	31.12.2015	Indexador	(% a.a.)	Indexador	(% a.a.)		
Santander	29.02.2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.740
Santander	31.05.2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.867
Santander	29.08.2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.031
Santander	28.11.2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.279
Santander	24.02.2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.439
Santander	25.05.2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.676
Santander	23.08.2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.842
Santander	21.11.2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	3.020
Santander	07.03.2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	598
Santander	02.09.2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	1.339
Santander	01.03.2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	2.385
Santander	28.08.2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	3.276
Santander	26.02.2018	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	4.130
Santander	11.02.2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(485)
Santander	11.05.2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(528)
Santander	09.08.2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(549)
Santander	07.11.2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(241)
Santander	06.02.2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(146)
Santander	08.05.2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	7
Santander	04.08.2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	92
Santander	03.11.2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	220
Santander	31.01.2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	329
Santander	02.05.2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	419
Santander	30.07.2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	497
Santander	29.10.2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	580
Itaú	08.03.2019	40.800	USD	3,44	CDI	3,50	(2.523)
		<u>930.800</u>					<u>28.294</u>

25.6. Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um *mix* apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Gestão do risco de liquidez" desta nota explicativa.

25.7. Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

25.7.1. Análise de sensibilidade de taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 31 de março de 2016, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base uma TJLP em 7,5%, o CDI em 14,14% e Libor em 2,63%. Já o "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

Notas Explicativas

	Controladora			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 4,43%	273.605	28.903	36.129	43.355
Libor + 3,5% a 3,59%	37.305	2.063	2.579	3.094
	<u>310.910</u>	<u>30.966</u>	<u>38.708</u>	<u>46.449</u>
<u>Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
95% a 98% CDI	280	39	48	59
93% a 98,5% CDI	2.823	399	499	599
Exposição líquida	307.807	30.528	38.161	45.791
Aumento/ (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	7.633	15.263
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.633</u>	<u>15.263</u>
	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 4,43%	276.276	38.223	47.779	57.335
95% a 101% CDI	12.211	1.687	2.109	2.531
Libor + 3,5% a 3,59%	51.092	6.881	8.601	10.322
TJLP + 2,5% a 6%	74	10	13	15
	<u>339.653</u>	<u>46.801</u>	<u>58.502</u>	<u>70.203</u>
<u>Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
95% a 98% CDI	3.737	518	647	777
93% a 98,5% CDI	15.960	2.212	2.765	3.318
Exposição líquida	319.956	44.071	55.090	66.108
Aumento/ (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	11.019	22.037
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.019</u>	<u>22.037</u>

25.7.2. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$3,45, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 12 de agosto de 2016. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de março de 2016, de R\$3,5589.

	31.03.2016			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(250.132)	(242.478)	(303.098)	(363.717)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (Ponta ativa)	192.143	186.264	232.830	279.396
Exposição passiva líquida após derivativos	<u>(57.989)</u>	<u>(56.214)</u>	<u>(70.268)</u>	<u>(84.321)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	<u>-</u>	<u>1.775</u>	<u>(12.279)</u>	<u>(26.332)</u>

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

	31.03.2016			
	Consolidado			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(272.498)	(264.160)	(330.200)	(396.240)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (ponta ativa)	192.143	186.264	232.830	279.396
Exposição passiva líquida após derivativos	<u>(80.355)</u>	<u>(77.896)</u>	<u>(97.370)</u>	<u>(116.844)</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	<u>-</u>	<u>2.459</u>	<u>(17.015)</u>	<u>(36.489)</u>

25.8. Gestão de risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

25.9. Gestão do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

25.9.1. Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Controladora			
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	Total
Ativo				
Contas a receber	20.375	-	-	20.375
Ativo financeiro	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	28.562	-	28.562
Passivo				
Fornecedores	16.373	-	-	16.373
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.899	150.691	234.494	519.084
Partes relacionadas	-	33.619	-	33.619
Contas a pagar - aquisição de empresas	5.165	18.080	32.339	55.584

Notas Explicativas

	Consolidado			Total
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	
Ativo				
Contas a receber	199.127	-	-	199.127
Ativo financeiro	6.035	6.035	8.208	20.278
Partes relacionadas	-	-	-	-
Passivo				
Fornecedores	65.691	-	-	65.691
Empréstimos, financiamentos e debêntures	168.679	186.438	241.365	596.483
Outras contas a pagar	6.999	6.613	2.204	15.816
Parcelamento de impostos	1.856	1.687	13.820	17.363
Contas a pagar - aquisição de empresas	5.165	18.080	32.339	55.584

25.10. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora			
	31.03.2016		31.12.2015	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	387.497	400.317	413.191	380.386
	Consolidado			
	31.03.2016		31.12.2015	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	459.668	467.033	465.444	428.329

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico.

A Administração da Companhia entende que as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, por se tratarem de prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, tratam-se de um único segmento de negócios, denominado Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico ("SAD"). Desta forma, a Administração do Grupo considera um único segmento operacional e única entidade de reporte para análises e tomada de decisões.

27. COBERTURA DE SEGUROS

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de seguros contratados pela Companhia e por suas controladas possuem cobertura no total de até R\$526.491 (R\$504.808 em 2014, e R\$281.756 em 2013) e contemplam riscos diversos relativos a edificações, instalações, equipamentos, veículos e responsabilidade civil em geral. A vigência destas apólices de seguro é até 12 de dezembro de 2016.

A Companhia pagou prêmio de seguro no montante total de R\$543 (R\$611 em 2014 e R\$325 em 2013).

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas, a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 24 de abril de 2017 e cobertura no montante de R\$15.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. COMPROMISSOS

Aquisição de equipamentos: a Companhia possui contrato firmado com fornecedor de equipamentos para a compra de 31 máquinas de ressonância e tomógrafos, no valor mínimo de US\$24.062 e máximo de US\$30.009. A fabricação das máquinas dependerá da solicitação prévia da Companhia e poderá ser solicitada em até 48 (quarenta e oito) meses da data de assinatura do contrato, que é 28 de novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui adiantamentos ao fornecedor, no montante de R\$11.916, classificados como ativo imobilizado em andamento.

Contratos de aluguéis: a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Os contratos de aluguéis possuem duração entre 1 e 18 anos, e em geral sofrem correção anual com base no IGP-M.

Notas Explicativas

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos aluguéis contratados até 31 de março de 2016 são como segue:

	Cronograma de <u>pagamento</u>
2017	33.897
2018	35.802
2019	37.814
2020	39.939
2021	<u>42.185</u>
Total	<u>189.637</u>

Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de manutenção contratados até 31 de março de 2016 são como segue:

	Cronograma de <u>pagamento</u>
2017	28.556
2018	30.161
2019	31.856
2020	33.647
2021	<u>35.538</u>
Total	<u>159.758</u>

Contratos de terceirização de análises clínicas: a Companhia possui contratos de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa.

Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$ 4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de plano de saúde.

Os montantes dos contratos de terceirização até 31 de março de 2016 são como segue:

	Cronograma de <u>pagamento</u>
2017	56.781
2018	59.705
2019	62.780
2020	66.013
2021	<u>69.413</u>
Total	<u>314.692</u>

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

A Companhia possui contratos de alugueis de imóveis que tem prazos de duração entre um e dezoito anos. A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

	<u>2016</u>
Até 1 ano	72.864
De 1 a 2 anos	25.145
De 2 a 18 anos	<u>7.093</u>
Total	<u>105.102</u>

29. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2014, os acionistas aprovaram um complemento do primeiro plano "Programa I plus" ao preço de exercício de R\$7,06 correspondendo a 54.669 mil ações. Em 3 de julho de 2014, os acionistas aprovaram uma nova outorga "Programa III" com o preço de exercício de R\$11,86 correspondendo a 155.924 mil ações. Em 29 de abril de 2015, os acionistas aprovaram o plano "Programa IV" com o preço de exercício de R\$16,52, correspondente a 234.087 mil ações.

As opções do "Programa I plus" e "Programa III" tem o prazo necessário ao seu exercício de "vesting" de 3,4 anos e o "Programa IV" com 4,0 anos.

Os Programas, em conjunto, poderão outorgar opções relacionadas ao recebimento, pelos participantes, de ações representativas de, no máximo, 5% do capital social total e votante da Companhia.

As opções outorgadas podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

A Companhia registra a remuneração dos colaboradores baseada em ações nas informações financeiras intermediárias com base no seu valor justo. O valor justo do programa foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, segue abaixo as principais características do plano:

	<u>Programa I</u>	<u>Programa II</u>	<u>Programa I Plus</u>	<u>Programa III</u>	<u>Programa IV</u>
Taxa livre de risco	12,41%	12,41%	12,33%	11,54%	12,60%
Duração do exercício em anos	3,04	3,04	2,81	2,53	4,00
Volatilidade	21,45%	21,45%	21,99%	23,59%	24,74%
Valor justo da opção na data de outorga por ação (em R\$)	R\$10,25	R\$7,03	R\$10,44	R\$5,89	R\$4,20
Valor de exercício (em R\$)	R\$7,06	R\$11,86	R\$6,52	R\$12,54	R\$16,52
Quantidade de opções	232.335	238.306	54.669	155.924	234.087

No exercício findo em 31 de março de 2016, o custo de remuneração reconhecido, foi de R\$290 (R\$1.160 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, a Companhia emitiria 915.321 mil ações, o que representaria uma diluição de 1,00% em relação ao total de ações da Companhia de 91.735.156 milhões.

Notas Explicativas**30. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA**

A Companhia realizou transação que não gerou efeitos de caixa e que, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Prescrição de contingência não materializada	1.984	16.879	3.626	16.879
Aquisição de máquinas através de financiamento	2.234	3.602	8.878	12.867
Plano de remuneração de opções de ações	580	-	580	-

31. EVENTOS SUBSEQUENTES*Plano de remuneração de opção de ações*

Em 26 de agosto de 2016, a Companhia decidiu cancelar e extinguir o plano de opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de dezembro de 2013 ("Plano de Opção"), e a extinção de todas as opções outorgadas no âmbito do referido plano e dos respectivos programas aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante o distrato dos contratos vigentes nos termos, sem que haja, portanto, qualquer emissão de ações no presente ou no futuro aos detentores das referidas opções decorrentes do Plano de Opção Atual. Para o cancelamento, a Companhia estipulou um bônus a pagar aos participantes do Plano de Opção Atual no montante de aproximadamente R\$ 11.000, o qual está de acordo com o valor justo da apurado por empresa independente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2016 foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos prestadores de serviços médicos da Companhia, nos termos apresentados pelo Conselho da Administração. Está previsto que a definição da quantidade de ações e beneficiados serão definidos até 31 de dezembro de 2016.

Contratos de assessoria

Em 25 de agosto de 2016, a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços de planejamento e assessoria financeira com o Pátria Assessoria Financeira Ltda..

Oferta Pública de ações

No dia 26 de agosto de 2016, foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária a oferta primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto da social da companhia. A oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400.

Em decorrência da oferta a companhia aprovou por meio de ata de assembleia o aumento do capital social no montante de R\$ 279.069.780,00 mediante a emissão de 13.953.489 ações ordinárias, cada uma no valor de R\$20,00 (vinte reais), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da oferta.

Em Setembro de 2016 a Companhia provisionou um custo estimado com o gasto da oferta pública de ações, no valor de R\$10.363, tendo como contrapartida outros ativos circulantes.

Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas
Notas Explicativas

Bônus Subscrição - IFC

Em março de 2013, a Companhia obteve captação de financiamento junto à IFC International Finance Corporation (EUA), sendo emitida para esse contrato bônus de subscrição em favor da IFC, conforme nota explicativa 15.

Em face à oferta pública de distribuição primária de ações, a Companhia emitiu a Comunicação de Evento de Conversão dos bônus de subscrição junto ao IFC. Com isso, a IFC tem o direito de subscrever, e a Companhia tem a obrigação de emitir, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com direitos idênticos aos direitos das ações ordinárias e/ou preferenciais existentes na Data de Subscrição.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e o IFC estão negociando o total de 3.205.350 ações, mediante conversão da dívida de R\$31.868 em integralização de capital.

Recompra de ações

A companhia aprovou em 24 de novembro de 2016 a recompra de ações, pelo qual poderão ser adquiridas até 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua própria emissão.

O Programa de Recompra de Ações tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, a aquisição das ações será realizada no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 23 de novembro de 2016 e término em 22 de maio de 2018, cabendo aos membros da Diretoria da Companhia definir o melhor momento para realizar a aquisição das ações. A aquisição de ações no contexto do Programa de Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta "Reserva de Capital" da Companhia. Até a data de divulgação das informações financeiras intermediárias a Companhia adquiriu a quantidade de 65 mil ações, pelo valor de R\$1.067.

Aquisição de nova unidade

No dia 25 de novembro de 2016 a controlada da Companhia, Di Imagem Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda., celebrou instrumento particular de compra e venda adquirindo 80% do capital social da Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda. ("Multilab") como parte de sua estratégia de crescimento e consolidação de suas vantagens competitivas.

A aquisição da Multilab é parte da estratégia de expansão via aquisições adotada pela Companhia, e permitirá acelerar o início da oferta de análises clínicas nas unidades Alliar localizadas no estado do Mato Grosso do Sul.

O preço de aquisição da Multilab foi de R\$6.144, sendo que o pagamento será realizado como segue:

- Uma parcela à vista, no valor de R\$3.072;
- Quatro parcelas anuais, a contar da data do primeiro aniversário do contrato, sendo as duas primeiras de R\$768, cada, e as duas restantes de R\$ 384, cada;
- Uma parcela retida no valor de R\$768.

A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração da avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios.

Notas Explicativas

32. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela diretoria para divulgação em 2 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do

Centro de Imagem Diagnósticos S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das informações financeiras intermediárias

Em 21 de outubro de 2016, emitimos relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, essas informações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas para refletir ajustes e reclassificações sobre os saldos relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2015, apresentados para fins de comparação. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações reapresentadas individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Ricardo Faria Gomez

Auditores Independentes

Contador

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações trimestrais (Controladora e Consolidado) relativas ao período findo em 31 de março de 2016.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2016.

Diretor Presidente – Fernando Machado Terni

Diretor Financeiro e de Expansão – Fernando Henrique de Aldemundo Pereira

Diretor de Relações com Investidores – Carlos Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 2 de dezembro de 2016, relativo às informações trimestrais (Controladora e Consolidado) referente ao período findo em 31 de março de 2016.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2016.

Diretor Presidente – Fernando Machado Terni

Diretor Financeiro e de Expansão – Fernando Henrique de Aldemundo Pereira

Diretor de Relações com Investidores – Carlos Araújo

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação necessária em função de correções nos valores de variação cambial entre os anos de 2014 e 2015 e nos 3 primeiros trimestres de 2015.